



ATA REUNIÃO *ONLINE* DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS

Data: 29/03/21

Horário: 10:00 horas

Plataforma: Google Meet

Participantes:

Ana Flavia Badue (Instituto Kairós); André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Angèle Proust (USP); Araci Kamiyama (CDRS); Audrei Costa (SVMA); Cristina Abi Jabbour (SMDET e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (Agricultura/ SMSUB); Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS; Janina Belo (LoP/SMDU); José Antônio Teixeira (Agricultura/ SMSUB); Luccas Longo (SVMA); Luis Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia Silva (Agricultora Z. Sul); Maria Laves (Agricultora Z. Norte); Maria Clara Zuppardo (Agricultura/ SMSUB); Paulo Cesar Saraiva (SAA/CDRS – EDR SP; (Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Patricia Sepe (LoP/SMUL); Patricia Estevam (SAA/EDR); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste); Vera Helena Lessa Villela (COMUSAN/SP)

Registro:

Em 29 de março de 2021 foi realizada a 15ª reunião ordinária da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021 por meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS, Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: Lei Municipal da Alimentação Escolar Orgânica – status; PAA Estadual; PMADRSS (Plano Rural) e Informes.

Seguindo os trabalhos, Ana Flavia iniciou sua explanação sobre a Lei Municipal da Alimentação Escolar Orgânica esta que foi muito baseada na experiência do Estado do Paraná; muitas oficinas ocorreram tornando o um processo coletivo de construção.



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário

Essa lei foi aprovada em 2015 e regulamentada em 2016. O Paraná hoje compra de 25 mil agricultores entre familiares e não familiares oferecendo 1.200.000 refeições/dia. Paraná regulamentou sua lei em 2020 baseada na regulamentação do município de SP e também possuem meta de 100% de orgânicos. É uma meta progressiva de compra, houve um bom salto de compras no 1º e 2º ano de sua regulamentação da agricultura familiar e orgânicos e depois houve um estacionamento, e a partir de 2019, movimentos ascendentes e descendentes. Especificamente no ano de 2020, após acordo com MP, que a prefeitura acolheu, de usar todo o recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para entrega universal de Kits alimentação comprados com recursos do FNDE 100% da agricultura familiar que ocorrerá em abril; serão 1.100.000 Kits. Antes da pandemia o sistema de compras do município de SP era menos tecnologicamente eficiente. Pelo fato de ter ocorrido a mudança no cadastramento eletrônico da compra da agricultura familiar no sistema da prefeitura, foi possível fazer esse volume de compras inclusive com participação nacional. Próximo passo necessário: por que o Paraná consegue comprar de 25 mil produtores: possuem um sistema eletrônico inteligente, uma tecnologia social, reconhecida pela Fundação Banco do Brasil e que pode ser adaptada a vários municípios. O seu formato: um único edital por ano por grupo de alimentos 16 ou 18 grupos de alimentos, vários tipos de hortaliças e frutas em cada um destes grupos. O Agricultor tem essa diversidade e não enfrenta problemas de sazonalidade ao passo que em SP por vezes existe a necessidade de se abrir um edital por item faltante onde os agricultores se apresentam pessoalmente para os processos de chamada pública. Esta nova experiência está sendo um piloto com produtos orgânicos e em transição. Possibilidade de apoio do CMDRSS: aprofundamento sobre o processo de compra, estudando o caso do Paraná (foi enviada uma apresentação no Grupo de WhatsApp do CMDRSS por Ana Flavia), para que seja implementado na sua totalidade. O Projeto Ligue os Pontos trabalhou no cadastro dos agricultores na Zona Sul, o que ajuda este processo; Algo importante segundo ela seria flexibilizar o cardápio, pois hoje é um alimento específico para cada dia da semana.

Objetivo ainda não atingido: como fazer a aproximação dos agricultores de SP para fazer a venda direta para a creches conveniadas.



O sistema do Paraná foi premiado pelo FNDE e reconhecido pelo Tribunal de Contas da União como um dos melhores sistemas em transparência e efetividade. Ela fez um convite para quem quisesse participar da comissão gestora da lei com assuntos relevantes, como as conveniadas. Por fim relatou que há um convênio sendo estruturado em os municípios de SP e do Paraná para troca de experiências, tecnologias e intercâmbio dos sistemas.

Patrícia corroborou sobre a importância de diálogo com as conveniadas e sobre o incentivo financeiro também aos agricultores em transição agroecológica que estão no Estado de SP e não apenas no município, mas que para isso, a lei teria que ser modificada.

Na sequência, a ATA foi lida pelo presidente do CMDRSS e aprovada.

Na reunião intermediária que ocorreu entre as reuniões ordinárias do CMDRSS, André esclareceu que, juntamente com Raquel, trabalharam em uma tabela cujo objetivo é organizar as pautas e demandas, acompanhamento de atividades e encaminhamentos do CMDRSS e de certa forma melhorar a organização. Demonstrou a tabela que contém, data, nome e grupo de quem solicita, qual a demanda justificativa, encaminhamento proposto (se processo SEI), data do último encaminhamento, status do encaminhamento, responsáveis pelo encaminhamento, observações, categoria e tema. Solicitou apoio da Cristina e Luis Henrique. Raquel disse que por meio desta tabela há a possibilidade de visualização de prioridades e pensar na ideia de planejamento estratégico e transparência. Assim que a tabela estiver mais organizada, será compartilhada no grupo do WhatsApp do CMDRSS. Importante fazê-la estar presente nas reuniões para que ela seja “alimentada”. Janaina se propôs a colaborar com a sistematização das demandas e alimentação da planilha. Raquel disse ainda que pensaram na realização de um evento online e aberto sobre o Plano Rural. André lembrou da importância de retomar a revisão do regimento interno e do decreto regulamentador do CMDRSS. Grupo para este assunto: Cyra, Luccas, Wanda, Luis Henrique e André. Como encaminhamento sugeriu-se fazer uma reunião com a comissão eleitoral e levantar os pontos críticos observados.

Cyra comentou sobre a importância do GT de Compostagem.



Luzia em sua fala comentou sobre a importância de uma formação sobre os termos técnicos relativos à análise água. Patrícia respondeu que um dos pilares do projeto de análise de água seria um Boletim explicativo de forma clara assim como um relatório e ainda mini vídeos de um minuto para serem enviados pelo WhatsApp sobre resultados e encaminhamentos deste estudo. Disse ainda que entre abril e junho poderia se pensar na possibilidade de os agricultores receberem orientação nas propriedades que apresentaram resultados mais complexos. Explicou ainda que haverá no GEOSAMPA a localização georreferenciada, as propriedades não serão reveladas, da situação hídrica da região. Com relação às dúvidas, disse que ela, Patrícia e Domingos, estariam à disposição.

Plano Rural, Cristina comentou que o Plano está na ATL e Secretaria de Governo Municipal.

Vera Helena comentou sobre a possibilidade de perguntar a algum mandato da CMSP ou à Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional sobre a produção do evento online sobre o plano. Informou que a Escola de Agroecologia e o Plano Rural estão pautados nas recomendações do Plano de Meta enviado pelo COMUSAN/SP. Raquel se colocou à disposição em pensar em como construir este evento, mas restava a dúvida se ele será iniciativa do CMDRSS ou de outra entidade.

Cyra comenta que envolver a Câmara Municipal sem compreender o que se quer, poderá retirar o espaço já conquistado.

Luis Henrique mencionou que como estratégia inicial e principal, as moções de apoio ao plano inclusive corroborando para o momento em que estamos vivendo com a pandemia sobre alimentação saudável, geração de emprego “verde”, empregos locais, desenvolvimento dos territórios nas grandes cidades. Cyra se colocou à disposição para escrever um rascunho desta moção. Luccas informou que seria interessante incrementar a moção com políticas públicas que conversam como Plano Rural e assim justificar o lançamento do plano.

A próxima pauta tratou sobre a aglomeração que estaria ocorrendo e um lote específico no Assentamento Irmã Alberta informado pela agricultora Maria Alves. Ela levantou também a ideia de arrecadação de alimentos para doação de cestas básicas, ou algum tipo de ajuda de alimentação para famílias carentes da região.



Sobre este último assim, Vera Helena comentou sobre a atuação do COMUSAN/SP e algumas conselheiras que tiveram atuação mais intensa por meio da ONG Banco de Alimentos com distribuição de cestas. Estão retomando o comitê de crise para prosseguir com as doações.

André mencionou a pesquisa que foi feita com os agricultores em 2020 e indagou se não seria o caso de atualizá-la e fazer um comparativo e ainda entender como os agricultores estão se adaptando ao processo da pandemia e entender por ventura quem estaria com dificuldade de obter alimentos. Sobre o tópico “aglomeração” no assentamento, indaga sobre qual seria o papel do CMDRSS nesse assunto, se fazer uma moção à Secretaria de Segurança Pública, precedido de relatos, fotos e levantamento de informação. Luis Henrique corrobora com a fala de André e ainda acrescenta que a Secretaria de Saúde também poderia ser informada. José Antônio (Toninho), indicou que seria efetivo entregar um ofício no subcomando da Polícia Militar no **São Francisco**(?). Luis Henrique ficou de encaminhar este assunto com o Toninho.

Toninho continuou sua exposição referente ao Jardim Damasceno: Córregos apresentam entupimentos e onde foram encontrados pets, papelões dentre outros resíduos; informou que houve uma queda de árvore na região que os próprios moradores fizeram a limpeza devido à demora da defesa civil. Sugere um estudo de poda ou até remoção pois há muitos eucaliptos. Lembrou que a conselheira Maria Lúcia havia se colocado à disposição para tratar sobre este assunto. Em janeiro o subprefeito, Sergio Gonelli, visitou o local. Quanto ao lixo o subprefeito ficou de solicitar à Amlurb a retirada do lixo das residências do Jardim Damasceno (estão há um ano sem coleta) – a colocação de três caçambas de lixo acabou não ocorrendo na região. Informou ainda que está ocorrendo descarte de entulho e terra nas cercanias da Rua Hugo Ítalo Merrigo. Foi solicitado junto ao subprefeito que se faça a coleta ao menos das 60 residências que lá estão. Sobre este tópico, relatou que o subprefeito da Brasilândia enviou à LOGA um estudo sobre a coleta do lixo no Jardim Damasceno. Relembrou que a problemática se iniciou pois ali é um local de separação de lixo reciclável, de pessoas que se utilizam dos resíduos para gerar rendimento e pelo fato de ser um local onde criadores de suínos, depois de juntarem o material proveniente de gerados terceiros, realizam separação do que seria alimento para sua criação; a



AMLURB entende que essa quantidade de resíduos tem a classificação de “grande gerador” alegando que a responsabilidade desta coleta seria de seus respectivos geradores particulares. Continuando sua fala, explanou que foi conseguido junto à Amlurb 18m3 cúbicos de composto do Pátio de São Mateus, mas há um problema de logística para a sua retirada e entrega. Tatiane comentou que iria verificar junto aos agricultores da zona leste pois eles estavam na expectativa deste material para continuidade das atividades de cultivo de hortaliças. Luis Henrique comentou que o DGD Norte poderia abrir um processo ambiental para tentar reverter esta problemática que se perpetua há mais de um ano.

Vanda lembrou sobre o grupo da Zona Norte de WhatsApp que foi criado e que as demandas poderiam ser discutidas por meio dele. Patrícia Sepe confirmou que o Projeto Ligue os Pontos foi transferido para a SMDDET, mas ainda não foi informado quem será o coordenador e que o projeto seria finalizado em março, mas foi postergado para 30 de junho. Indagou se não seria interessante o envio de uma carta à Bloomberg acerca da suspensão do projeto. Por fim relatou que existem possibilidades de novos financiamentos.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.

MINHAS OBSERVAÇÕES, NÃO PRECISA REVISAR 😊

Encaminhamentos que eu estaria envolvida:

- **Regimento Interno**
- **Decreto Regulamentador**
- **Moção Plano**
- **Tabela**

Encaminhamentos Gerais:

- Carta Subcomando sobre aglomerações no assentamento
- Carta ao DGD Norte sobre a situação ambiental do Jd. Damasceno
- Alguém do CMDRSS fará parte do comitê gestor da lei da merenda escolar?
- Oficializar às propriedades rurais da zona sul quem explicará sobre os resultados do estudo das águas e com quem podem tirar dúvidas.



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário

- Maria Lucia ou Luis Henrique sobre a poda/retirada de eucaliptos no Jd. Damasceno

Finalizou dizendo, reforçou mencionou , sugeriu, refletiu, propôs, preparou, esclareceu, indagou, interrogou, disse, falou,